



## RESUMO DE POLÍTICAS

## A Agenda da Agricultura para o Desenvolvimento para as Economias Emergentes da Ásia, Médio Oriente e Norte de África.

*As economias emergentes da Ásia, Médio Oriente e África do Norte representam um desafio ímpar para a redução da pobreza absoluta e o confronto entre as grandes disparidades de rendas entre as zonas rural e urbana. As economias Asiáticas que estão a registar um rápido crescimento económico albergam cerca de 770 milhões de pessoas que vivem com menos de \$1 (um) dólar americano por dia, 80 por cento dos quais vivem nas zonas rurais. A grande prioridade é gerar empregos rurais mediante a diversificação da agricultura de mão-de-obra intensiva de elevado valor ligada a um sector rural não agrícola dinâmico. São necessários investimentos maciços em capital humano com vista a preparar as populações rurais para melhores postos de trabalho nas zonas rurais e para que possam migrar com sucesso. A redução dos efeitos ambientais da agricultura intensiva, confrontando com a escassez aguda de água e terra arável e o desenvolvimento de regiões protegidas requerem toda a atenção especial.*

Nas economias emergentes, os sectores não agrícolas registam o crescimento mais rápido do mundo. A agricultura não mais representa, nesses países, uma grande fonte de crescimento económico, contribuindo apenas com uma média de 7 por cento do crescimento do produto interno bruto (PIB). Contudo, com cerca de 600 milhões de pobres rurais, a pobreza continua a ser um fenómeno maioritariamente rural (79 de todos os pobres). As economias emergentes, tipificados pela China, Índia, Indonésia, Marrocos e Tailândia possuem mais de 2,2 biliões de pobres rurais. Noventa e oito por cento da população rural no Sul da Ásia, 96 por cento na Ásia Oriental e no Pacífico, e 92 por cento no Médio Oriente e Norte de África estão nas economias emergentes.

Uma característica distintiva das economias emergentes é o grande fosso entre as rendas urbanas e rurais. Na China, a incidência da pobreza urbana reduziu duas vezes tão rápido quanto o da pobreza rural entre 1980 e 2001; na Indonésia, a pobreza urbana reduziu 2,5 vezes durante o mesmo período; e na Tailândia, reduziu 3,7 vezes entre 1970 e 1999. Mesmo com o rápido crescimento dos sectores não agrícolas, a transição das pessoas para fora das zonas agrícolas e rurais não está em consonância com a reestruturação das economias no sentido de diminuir a dependência da agricultura. Os motivos prendem-se com a falta de capacidades, uma população idosa, rigidez nos mercados de trabalho e de terras e das camadas sociais e comunitárias. Por isso, o número de pobres rurais tem a probabilidade de ultrapassar os pobres urbanos até pelo menos 2040.

O principal objectivo da agenda da agricultura para o desenvolvimento nas economias emergentes é o diminuir as disparidades entre as rendas urbanas e rurais e a redução da pobreza rural embora evitando os subsídios e a protecção para apoiar as rendas rurais. Até ao momento, estes desafios foram muito mal abordados. Com a crescente atenção política para estas crescentes disparidades das rendas, existem fortes pressões no sentido da melhor utilização dos poderes na agricultura para o desenvolvimento.

### As economias emergentes possuem características estruturais comuns e diferentes.

As características estruturais específicas devem ser tomadas em consideração na elaboração da agenda da agricultura para o desenvolvimento para as economias emergentes, os quais possuem também uma grande diversidade dentro e ao redor dos seus países.

**As pressões demográficas e a diminuição das dimensões das machambas.** Na Ásia, a dimensão de um campo agrícola familiar é já muito pequena – no Bangladesh, China e nas áreas do delta do Vietnã, a dimensão média de uma machamba é de apenas 0,4 a 0,5 hectares. No Sul da Ásia, essa diminuição vai continuar porque a população rural está a crescer a uma taxa de 1,5 por cento por ano e não se espera que diminua até pelo menos 2020. O contínuo crescimento da população, a diminuição das dimensões das machambas e o crescente número de pessoas sem terra coloca grandes pressões aos empregos rurais.

**Escassez de Água.** Os sistemas públicos de fornecimento de água potável já foram integralmente utilizados em muitos países e a crescente procura para efeitos de utilização industrial, urbana e ambiental vai reduzir a disponibilidade da água para a agricultura. A escassez de água é particularmente aguda e espera-se que venha a piorar com a mudança climática e crescente procura no Médio Oriente, Norte de África e uma parte substancial da China e Índia. O elevado grau de dependência em sistemas de irrigação de águas subterrâneas levou a sobre-exploração das águas freáticas, ao rebaixamento dos lençóis freáticos e a deterioração da qualidade das águas subterrâneas.

**Áreas de Estagnação Económica.** Algumas zonas rurais prosperaram em termos de crescimento económico global, mas outras estagnaram e continuam com elevados níveis de pobreza. As áreas de estagnação são encontradas no interior da China, vários Estados na Índia Oriental e Central, nas terras altas do Vietnã e nas áreas desérticas do Norte de África. As causas são várias – a começar pelo fraco potencial agrícola, fraco investimento em estradas e irrigação, frágil governança, marginalização social e étnica. Mas algumas destas áreas possuem bom potencial de crescimento agrícola e poderiam ser futuros celeiros (como acontece com a região da Índia oriental).

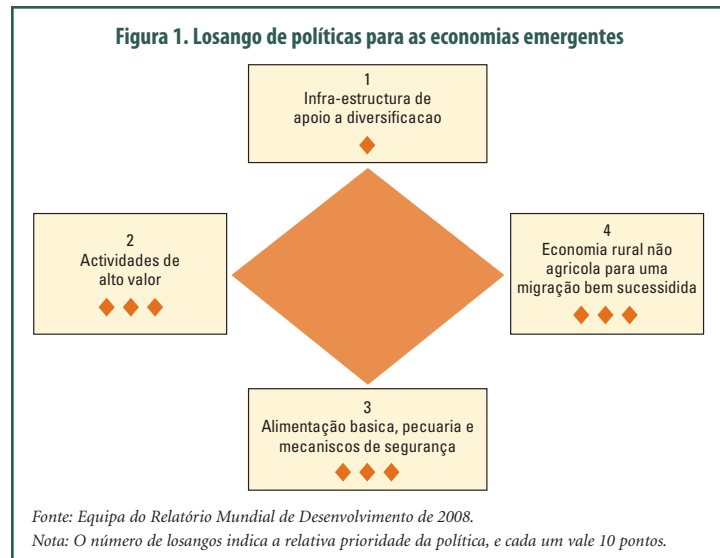
**A economia política das políticas agrícolas.** A pressão política dos agricultores no sentido de reduzir o fosso entre as rendas urbanas e rurais através da protecção e dos subsídios está a aumentar. Devido ao elevado número de pessoas pobres, a protecção dos preços dos alimentos com vista a aumentar as receitas dos agricultores pode ter custos elevados para os consumidores pobres, incluindo a maioria dos pequenos agricultores, os quais são compradores de alimentos. Outra forma de apoio as receitas dos agricultores é através dos subsídios sobre os insumos agrícolas tais como a água e os fertilizantes. Estes subsídios não são apenas regressivos na distribuição dos benefícios aos grandes agricultores e prejudiciais ao meio ambiente mas também distorcem as prioridades fiscais do investimento nos



principais sectores públicos, tais como as infra-estruturas rurais. A apropriação política da protecção e dos subsídios por parte dos grandes agricultores pode retardar o processo de reformas.

### É necessária uma agenda para as economias emergentes.

Devido as pressões demográficas e aos constrangimentos relacionados com a terra, a agenda de agricultura para o desenvolvimento das economias emergentes deve mobilizar de forma conjunta todos os mecanismos de combate a pobreza (figura 1): agricultura, emprego na agricultura, a economia rural não agrícola e a migração.



**Da revolução verde à nova agricultura.** O rápido crescimento das rendas urbanas e a demanda de produtos de elevado valor são os grandes impulsores do rápido crescimento agrícola e da redução da pobreza nas economias emergentes, embora o crescimento sustentável da produtividade em culturas viradas para a exportação, requeira atenção contínua. Pelo facto de existirem economias de escala no processamento e comercialização de muitos produtos de elevado valor, as inovações institucionais tais como a agricultura comercial podem reduzir os custos de transacção e riscos para os pequenos agricultores. A ligação dos pequenos agricultores aos processadores e retalhistas pode também criar acesso a mais capital financeiro através dos bancos – e providenciar tecnologia, serviços de extensão e acordos de compra e revenda, enquanto se procede ao monitoramento da segurança alimentar. Uma grande prioridade é melhorar o clima de investimentos para a agro-indústria e facilitar acções colectivas através de organizações de produtores com vista a atingir mercados de escala na comercialização e para lutar por melhores preços. A reforma dos preços e dos subsídios para o apoio aos cereais será também necessária em muitos casos para disponibilizar os incentivos para produtos de elevado valor (veja o Resumo de Políticas sobre a Estabilização dos Preços).

**Resolução da questão da escassez de água.** O processo de reforma das instituições de irrigação, a remoção das distorções de políticas tais como os subsídios a água e energia, e a disponibilização de ambiente favorável ao comércio e as políticas macroeconómicas constituem todos passos importantes para a melhoria da produtividade da água e a satisfação da procura. As reformas amplas requerem coordenadores fortes e a afectação equitativa dos direitos sobre a água com vista a superar os obstáculos

políticos. Visto que a escassez está a piorar, os mercados de água podem tornar-se uma realidade, havendo a necessidade de apoiar a sua emergência e eventual regulação.

**Tornando os sistemas intensivos mais sustentáveis.** A redução dos efeitos ambientais da agricultura intensiva, particularmente a poluição dos resíduos agro-químicos e animais, constitui uma prioridade para a melhoria da saúde ambiental e humana. Vai também reduzir os impedimentos ao crescimento da produtividade decorrentes da degradação da qualidade dos solos e da água. Práticas agrícolas mais sustentáveis vão exigir a combinação escrupulosa da estabilização dos incentivos (através dos preços dos insumos e da produção), a aplicação de tecnologias melhoradas de gestão tais como a gestão integrada dos nutrientes e das pragas e uma melhor regulamentação (veja o Resumo de Políticas sobre Agricultura e Meio Ambiente).

#### **Desenvolvimento das Áreas de Estagnação Económica.**

Com a mudança para a nova agricultura e a diminuição da dimensão das machambas em áreas de elevado potencial, a crescente produtividade e aumento das rendas agrícolas nas regiões menos favorecidas pode garantir os meios de subsistência dos agricultores de subsistência e trazê-los para o mercado. O crescimento da produtividade nestas áreas depende dos grandes investimentos na gestão dos solos e da água, na pesquisa agrícola, e em novas abordagens para a extensão rural, acompanhadas por reformas na determinação dos preços e na comercialização dos cereais.

#### **Desenvolvimento rural não agrícola, ligado às cidades.**

O crescimento do emprego rural não agrícola continua, em muitos casos, ligado ao crescimento da agricultura, visto que a agricultura é a principal fornecedora de insumos agrícolas intermediários para outros sectores tais como os alimentos processados (ligações bem sucedidas). O desenvolvimento regional e territorial de grupos agrícolas – com o processamento e empacotamento de produtos de elevado valor – constitui uma oportunidade para o desenvolvimento rural não agrícola. Nos países densamente povoados, as indústrias baseadas nas

cidades é que vão impulsionar o sector rural não agrícola através da subcontratação urbana para a rural. Os investimentos em infra-estruturas e conhecimentos e as melhorias no clima de investimentos para o sector privado constituem as prioridades da política. A criação de um mercado de terras que permita aos pequenos agricultores a consolidarem-se com vista a um funcionamento eficiente e a mudança da mão-de-obra para actividades não agrícolas e a migração são também prioridades.

**Conhecimentos para o sucesso da migração.** A mudança bem sucedida do sector da agricultura para outro, quer seja para sectores rurais não agrícolas ou a migração para zonas urbanas, depende de uma maior e melhor qualidade de ensino. São necessários investimentos maços de capital humano com vista a preparar a geração seguinte a deixar a agricultura. Os programas que providenciam transferências condicionais, tais como subvenções em dinheiro no Bangladesh condicionadas a participação nas aulas, podem aumentar a procura pela educação, mas não serão bem sucedidos a menos que a qualidade do ensino rural seja substancialmente melhorada.

**Redes de apoio social para os estagnados.** As economias emergentes possuem a maior concentração de pobres do mundo de forma que o apoio directo mediante esquemas de emprego bem elaborados e administrados nas zonas rurais – incluindo as infra-estruturas rurais, o desflorestamento, as estruturas de conservação dos solos, as pequenas barragens e a des-salinização de canais e lagos artificiais – pode reduzir a pobreza, melhorar o clima de investimento rural e restaurar os recursos naturais degradados. É necessária um monitoramento significativo, mecanismos de prestação de contas, transparência e responsabilização e avaliações rigorosas com vista a garantir uma efectiva e equitativa utilização dos recursos.

O presente resumo de políticas foi extraído do Relatório de Desenvolvimento Mundial para 2008 do Banco Mundial intitulado, *Agricultura para o Desenvolvimento*. No Relatório encontram-se disponíveis mais informações de fontes detalhadas. O Relatório utiliza uma tipologia simples de países tendo por base a contribuição da agricultura para o crescimento global entre 1990 e 2005 e a porção de pobres rurais no número total de pobres (2 USD por dia, 2002). Nos países onde a agricultura é a base da economia (a maioria dos quais em África) a agricultura contribui com uma quota significativa do crescimento global (acima de 20%). Nas economias emergentes (a maioria das quais na Ásia) os sectores não agrícolas dominam o crescimento mas uma grande maioria dos pobres encontram-se nas zonas rurais. Nos países urbanizados (grande parte dos quais na América Latina, Europa e Ásia Central), o número mais elevado de pessoas pobres encontra-se nas zonas urbanas, embora as taxas de pobreza sejam normalmente mais elevadas nas zonas rurais.